O MEIO SOCIAL E OS PADRÕES DE USO DA INTERNET

SOCIAL ENVIRONMENT AND INTERNET USE PATTERNS

Andrea Vicente Toledo Abreu
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
andreatoledo4@gmail.com

Resumo. Este trabalho é resultado de estudos teóricos realizados nas disciplinas Sociologia da Educação e Cultura Digital e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Tendo como base autores clássicos e contemporâneos, procurou-se refletir sobre a influência do meio social e da formação adquirida nas instituições educacionais, no posicionamento e nas relações das pessoas na internet. A discussão gira especialmente em torno da hipótese de que o conhecimento está à "disposição", mas a sua apropriação varia de acordo com o usuário. Considera-se que seus padrões de uso da internet podem estar relacionados com o lugar que ocupa socialmente, mas mesmo assim sendo, não se pode ter apenas os recursos financeiros, educacionais, e parentais como condicionantes para que uma pessoa em vantagem social, tenha interesse genuíno em aprender e explorar, ou habilidades para o uso das novas tecnologias. Fatores como a falta de interesse por informação, educação ou exploração, ou a fraca habilidade em pesquisar e avaliar sites tem que ser levados em consideração.

Palavras-chave: Cultura digital; Meio social; Conhecimento; Capital cultural.

Abstract. This work is the result of theoretical studies in disciplines Sociology of Education and Digital Culture and Education of PUC-Rio post graduate program in Education. Based on classical and contemporary authors, sought to reflect on the influence of social environment and training acquired in educational institutions, in positioning and relationships of people on the internet. The discussion revolves especially around the assumption that knowledge is available but their ownership varies according to the user. It is considered that their Internet use patterns may be related to the place they occupy socially, but even so, a person in social advantage can not only have financial, educational, and parental resources as conditions to have genuine interest in learning and exploring, or skills for the use of new technologies. Factors such as lack of interest in information, education or exploration, or the poor ability to search and evaluate websites, have to be taken into account.

Keywords: Digital culture; Social enviroment; Knowledge; cultural capital

INTRODUÇÃO

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) mudaram a forma como as pessoas interagem na contemporaneidade, e se tornaram um instrumento de socialização, de busca de informação e de ações significativas para a educação. Por outro lado, também entorpecem com entretenimento barato e leituras superficiais. Diante desse cenário, buscou-se neste ensaio, por meio de um breve estudo bibliográfico, a construção de um posicionamento sobre os padrões de uso destas tecnologias em especial a internet. De onde falam as pessoas que delas fazem uso e se suas atitudes são marcadas pela formação e pelo meio social onde estão inseridas, são questões sobre as quais se procurou refletir.

O que se defende é que o conhecimento está à "disposição", mas a sua apropriação varia de acordo com o usuário, e para fundamentar as reflexões, que se pretenderam críticas diante das diferentes apropriações da rede mundial de computadores, os estudos de Émile Durkheim, Max Weber, Pierre Bourdieu, Randall Collins, Jerome Karabel e Albert Henry Halsey, realizados durante a disciplina "Sociologia da Educação I" do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio foram de extrema relevância. Antes de apresentá-las, porém, procurou-se entender o conceito de cultura digital, por meio de algumas leituras feitas concomitantemente na disciplina "Cultura Digital e Educação", na mesma Universidade. Considera-se que esta curta explanação, apresentada no primeiro tópico, com o apoio de autores contemporâneos, tenha auxiliado para o desenrolar da discussão.

Faz-se importante ressaltar ainda nesta introdução, que não foram emitidos juízos de valor sobre conceitos ou comportamentos. Max Weber (2001) ensina que "juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica" (WEBER, 2001, p. 109) e a atenção a este ponto esteve presente durante toda a elaboração do trabalho. Tais princípios foram importantes por alertarem que as discussões científicas não estão isentas de juízos e ideais, mas é necessário pontuar os sentidos e pretensões da articulação entre valores e a construção do mundo científico. Procurou-se assim, elaborar um trabalho imparcial, sem julgar o que deve o não ser feito, mesmo que por alguns momentos o entusiasmo teimasse em desvirtuar o olhar da autora.

O Conceito de Cultura Digital

É consenso, tanto nos meios acadêmicos, quanto políticos, econômicos ou mesmo no âmbito da intimidade, que as relações sociais transformaram-se com o advento das tecnologias digitais, em especial a internet. Esta transformação, denominada cultura digital, criou utopias e mitos com relação à influência destes "meios"[1].

Na concepção de Paulo Serra (2007), esta "utopia ciberespacial é levada ao extremo pelos chamados 'realistas virtuais', que veem no ciberespaço uma 'nova fronteira', um 'novo mundo' aberto à acção dos novos 'exploradores' e 'colonizadores'" (SERRA, 2007, p. 172). Todo este otimismo auxilia a construção de "mitos" acerca da internet e das suas "potencialidades". Serra destaca três mitos centrais: o da "biblioteca universal", que coloca toda a informação à disposição de todos os homens; o da "comunidade virtual", onde cidadãos livres, iguais e fraternos partilham todo o saber e todo o poder, no ciberespaço; e o da "aldeia global", um mundo de cidadãos interligados que constituem uma mesma "família humana", uma mesma "consciência".

Não se pretende negar ao tentar entender a cultura digital, que a internet e as tecnologias digitais trouxeram ganhos para as interações, busca e construção do conhecimento. Não se pode dizer que a tecnologia é boa ou ruim, mas também não se pode afirmar que ela é neutra.

Bennett e Sergerberg (2013) contribuem com esta reflexão ao darem destaque à importância dos meios de comunicação e sistemas de informação à vida cívica, e ajudam a entender como processos e tecnologias de comunicação podem aumentar o envolvimento dos "cidadãos" com a vida social e política e assuntos globais. "These changes affect how people view the world and participate in politics" (BENNETT&SERGERBERG, 2013, p. 23).

Organizações interagem e se organizam pela internet. O conceito de ética hacker defendido por Nelson Pretto (2010), que tem muita relação com mobilização social, educação e conhecimento pode ilustrar estas afirmações. O professor explica que a ética hacker trabalha a partir dos princípios da colaboração, da horizontalidade e da descentralização, mas especialmente de não confiança nas autoridades, liberdade, participação ativa no seu grupo social, criatividade e paixão, o que reforça a não neutralidade dos "meios".

Lawrence Lessig (2001) defende que existem benefícios nos commons, e que a internet é a maior prova disto. Entre os principais, está uma arquitetura específica onde a criatividade pode florescer. O problema é que por este valor não ser reconhecido, acaba enfraquecido. A tragédia dos commons é perder a inovação que a internet proporciona. Lessig (2001) afirma que a internet, apesar de parecer, não é totalmente livre. O que ela tem de especial é a maneira como a liberdade e o controle estão interligados. Para o criador do "criative commons[2]", sua parte física é controlada, assim os fios e computadores, onde acontecem as transmissões dos dados, estão sempre sob o domínio do governo

[1] McLuhan (1987) entende que "o meio é a mensagem" (*the medium is the message*) o que equivale a "dizer que as consequências pessoais e sociais de qualquer médium (...) resultam da nova escala que é introduzida na nossa circunstância por cada extensão de nós próprios, ou seja, por qualquer nova tecnologia". (MCLUHAN, 1987, p. 7).

[2] Texto aberto e livre, ou uso e posse de dados em comum por um grande número de pessoas, segundo o The Oxford English Dictionary.

ou de indivíduos. O mesmo acontece com o conteúdo, pois muito do que está na rede é controlado e protegido por direitos proprietários.

Para ressaltar a importância dos commons, Lessig (2001) fundamenta-se na professora de direito de Yale, Carol Rose, que identifica duas razões pelas quais nossa tradição tem mantido determinados recursos sob controle. A primeira, é que o monopólio significa poder e o monopolista se torna capaz de exercê-lo sobre a sociedade. E a segunda, é que o que é público tem uma reivindicação superior e é mais valioso quando usado por tempo indeterminado por várias pessoas. Manter os recursos nas mãos da sociedade é a maneira de assegurar que o indivíduo obtenha vantagens nos valores que criar, o que não é vantajoso para aqueles que detêm o poder. Lessig (2001) argumenta que o grande insight de Carol Rose está em dizer que o valor do recurso aumenta quando muitas pessoas podem usá-lo. Manter os recursos em commons é a maneira de assegurar e preservar seu valor.

Com um pouco menos de entusiasmo, mas ainda dentro da discussão sobre o conceito de cultura digital e a neutralidade da internet, Danah Boyd e Kate Crawford (2012) trazem reflexões sobre a repercussão da grande quantidade de informação produzida por, e sobre as pessoas, coisas e suas interações em tempos de Big Data[3]. Refletem com parcimônia sobre os benefícios e malefícios que podem causar.

> (…) Big Data is seen as a powerful tool to address various societal ills, offering the potential of new insights into areas as diverse as cancer research, terrorism, and climate change. On the other, Big Data is seen as a troubling manifestation of Big Brother, enabling invasions of privacy, decreased civil freedoms, and increased state and corporate control. As with all socio-technical phenomena, the currents of hope and fear often obscure the more nuanced and subtle shifts that are underway. (BOYD&CRAWFORD, 2012, p. 663-664)

No entanto, a contribuição mais significativa que oferecem vem das críticas que levantam sobre o fenômeno Big Data, suas suposições e preconceitos. As mudanças na definição de conhecimento, a maneira de pensar as pesquisas e como devemos interagir com as informações, são as primeiras preocupações que levantam. Ressaltam também, que a objetividade e a precisão perdem status e a interpretação passa a ser o centro da análise dos dados. A grande quantidade de dados não significa irrelevância das questões metodológicas, a amostra de compreensão passa a ser mais importante do que nunca. O grande número de informações não as torna melhores, e fora do contexto o Big Data perde seu significado. Lembram que por estarem acessíveis, os dados não estão livres da proteção da ética, e finalmente, e não menos importante, destacam que quem tem mais poder e dinheiro, tem mais acesso aos dados que os pesquisadores acadêmicos, o que reforça o controle das informações, tão contestado por Lessig.

Como explanado nesta pequena discussão, o conceito de cultura digital está intimamente relacionado ao compartilhamento, à mobilização, à democratização/ciberdemocracia, ao acesso universal, à rede distribuída, mas também à autoridade, ao controle, à hierarquia, à fragmentação, à dominação, todos temas extremamente relevantes para uma discussão sociológica que busca refletir sobre os padrões de uso da internet e sua relação com o meio social do indivíduo nela inserido.

O "RADAR" PARA A INFORMAÇÃO VARIA DE ACORDO COM O MEIO SOCIAL

O fundador da Sociologia como disciplina, Émile Durkheim (2000) defende que "o conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema

[3] Big Data é um fenômeno cultural e tecnológico. É a grande quantidade de informação produzida por e sobre as pessoas, coisas e suas interações. (BOYD&CRAWFORD, 2012).

determinado que tem sua vida própria" (DURKHEIM, 2000, p. 74). Denomina tal sistema por "consciência coletiva" ou "comum", que, além do já explicitado, é

> difusa a toda a extensão da sociedade; mas não tem menos caracteres específicos que a tornem uma realidade distinta. Com efeito, ela independe das condições particulares em que se encontram os indivíduos; estes passam e ela permanece. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e pequenas cidades, nas mais diferentes profissões. Da mesma forma, não muda a cada geração mas, ao contrário, enlaça umas as outras as gerações sucessivas. Ela é, portanto, uma coisa inteiramente diferente das consciências particulares, ainda que não se realize senão nos indivíduos. (DURKHEIM, 2000, p. 74).

Collins (2009) ressalta que a estrutura[4] impacta nas ideias das pessoas e, portanto, em sua capacidade de pensar racionalmente e em tudo que importa investigar. Sendo assim, as TDIC, podem ser pensadas pela perspectiva durkheimiana, por interferirem diretamente nas relações sociais. Collins dirá que as tecnologias e os transportes diminuíram o espaço entre os grupos e provocaram uma maior interação entre as pessoas. Este contato, cada vez mais frequente, promove um efeito entre aqueles que participam da interação.

A estrutura da sociedade também é determinada pelos meios de comunicação, além do tamanho da população e do quanto ela está espalhada ao longo do território. Quando estes fatores produzem intensidade baixa, os grupos existem enquanto segmentos isolados e os indivíduos desempenham papeis relativamente pouco especializados.

Karabel e Halsey (1977) sustentam-se em Basil Bernstein para explicar como a reprodução das relações de classe molda a estrutura de comunicação. Para os autores, a originalidade conceitual do trabalho Bernstein está em analisar como as classes sociais geram distintas formas de comunicação. "Para Bernstein, códigos são funções de uma forma particular de relação social ou qualidades da estrutura social" (KARABEL&HALSEY, p. 63, 1977). Sustentam ainda, que a estrutura de classes também dá origem a diferentes sistemas e que a família, por sua vez estimula diferentes modos de comunicação. Em suas palavras:

> The class structure also typically gives rise to different family role systems, which in turn encourage different modes of communication. In the traditional working-class family, in which decision-making is based upon formal status (often age and sex), authority derives from 'positional' rather than 'personal' qualities. The role system of such families, in which judgments are based on the status of the member rather than on individual qualities, is less likely than that of person-oriented families to facilitate the verbal exploration of individual differences, intentions, and motives (1973a:178-179). As such, positional families are likely to promote a 'close communication system', which is frequently associated with possession of a 'restricted code'. This is not to say, however, that an exact fit is postulated among classes, family types exist in both the middle and the working class, and elaborated codes differ from restricted codes within as well as between family types. (KARABEL&HALSEY, 1977, p. 63-64).

Considera-se, portanto, que a posição de classe da família é um determinante fundamental do código linguístico, o que pode levar a códigos restritos ou elaborados, determinantes no posicionamento e nas relações das pessoas também nos blogs, sites, webquests e especialmente nas redes sociais.

A noção de capital cultural, conhecimentos apreendidos por meio de livros e certificado por diplomas, cunhada por Bourdieu, também contribui para o entendimento dos diferentes

[4] Configurações reais, físicas, que determinam quem está na presença de quem, por quanto tempo, e qual o espaço entre as pessoas.

comportamentos na rede mundial de computadores. Categoria criada no primeiro momento para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de alunos de diferentes classes sociais, é na contemporaneidade, um dos melhores meios de se entender as diferenças sociais e seus desdobramentos na linguagem, busca e construção do conhecimento, defesa de posicionamentos, diferentes tipos de militância, incluindo o domínio e o uso das tecnologias. Considera-se como domínio das tecnologias a capacidade do indivíduo de desenvolver técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver uma multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias. Dominar as tecnologias também é construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras que se conectam a outros textos, por meio de hipertextos, links e hiperlinks, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície. É ter a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas pelos sistemas computacionais (AQUINO, 2003).

Bourdieu (2007) explora a relação com o saber, ao mostrar como os estudantes provenientes de famílias desprovidas de capital cultural apresentam uma relação laboriosa, tensa e esforçada com os saberes veiculados pela escola, enquanto, para os alunos originários de meios culturalmente privilegiados, essa relação está marcada pela desenvoltura e naturalidade. Para o autor, o capital cultural pode existir sobre três formas:

> no estado incorporado[5], ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas destas teorias, de problemáticas, etc.; e enfim no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 2007, p. 74)

O indivíduo desprovido de capital cultural incorporado, grande maioria dos usuários da internet, não conseguirá usufruir das oportunidades de apropriação do conhecimento que as TDIC oferecem. Com suporte social limitado e oriundo de família com pouca ou nenhuma formação acadêmica, só por meio do estado objetivado, ou do institucionalizado poderá se apoderar destas tecnologias e passar para um estado de letramento digital.

O letramento digital indica práticas de leitura e escrita daqueles que se apropriam das tecnologias digitais. Essas práticas acontecem em um espaço de escrita nas telas de computadores, tablets e smartphones. O letramento digital muda a forma de interação entre o autor e o leitor, bem como modifica o conceito de autoria, direitos autorais e propriedade da obra. Tal estado, também exige novas habilidades de leitura e escrita, permite novas formas de acesso à informação, novos processos cognitivos, novas formas de conhecimento, novas maneiras de ler e de escrever. Está além da autoria da escrita, mas uma autoria que integra diferentes mídias na escrita, assim como habilidades de exploração e pesquisa, resolução de problemas e seleção de informações.

Diante de competências tão distintas e complexas, as diferenças se mostram. Os estudos dos teóricos apresentados ajudam a pensar que podem existir diferentes padrões de uso das TDIC. Para compreendê-los é preciso investigar sobre os interesses e necessidades dos diferentes usuários das redes por informação e as habilidades que possuem de identificar, apontar, avaliar, organizar e criar efetivamente, usar e comunicar informações a respeito de questões e problemas disponíveis.

[5] Itálicos desta citação são provenientes do texto original.

UMA DISCUSSÃO AINDA SUPERFICIAL

O século XXI, se observado pelo foco do senso comum, apresenta uma sociedade de letrados. Faculdades públicas e privadas foram criadas e nunca se teve tanto acesso ao ensino superior. Mas como já mostrava Bourdieu (2007), na França da década de 1960, os diplomas, apesar de prometerem ascensão cultural, econômica e social, não tem garantido avanços significativos. No que se refere ao tema desta discussão, nunca tivemos tantos engenheiros, fisioterapeutas, professores, advogados e especialistas nas mais diferentes áreas agredindo-se, posicionando-se de maneira preconceituosa, racista e instigando à violência nas redes sociais, com limitações de escrita e com capacidades restritas na utilização da internet.

Bourdieu, obviamente, não se posicionou sobre este assunto, mas ao tratar das oportunidades de aprendizagem que o ensino oferece, numa fase de inflação de diplomas, acaba por mostrar, que além das desigualdades mercadológicas, as diferenças continuam acentuadas em tempos de "consciência coletiva" ampliada pelas TDIC. A hipótese sobre a qual se tenta refletir é de que o advento de um público letrado, porém não crítico, gerou uma série de atitudes desprovidas de discernimento, acompanhando cada nova mídia. A restrita habilidade para se constatar a veracidade das informações, a falta de aptidão para mobilizações políticas, a ausência de autoria e percepção dos processos simbólicos veiculados pelas mídias, são alguns exemplos. Diante disto, os poucos que possuem capital cultural incorporado ou objetivado, preservam a distinção, também em espaços onde predomina a cultura digital. A habilidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar mensagens numa variedade de formatos é diferente de acordo com o lugar de onde fala o indivíduo.

Bourdieu (2007) acreditava que é por meio da cultura que os setores dominantes imprimem seu poder. A cultura se torna um móvel de lutas entre grupos sociais cuja finalidade é manter os distanciamentos distintivos entre classes sociais. A garantia da cultura dominante é manter a cultura dominada sob controle. Quanto menos conhecimento institucionalizado tiver o indivíduo, mais fácil será controlá-lo.

Compreender o consumo e as práticas culturais é um dos desafios lançados por Bourdieu. Para isto é necessário entender melhor o que o autor chama de "capital cultural". Trata-se de uma riqueza simbólica desigualmente distribuída dentro de cada campo, que é acumulada e transmitida de geração em geração, traz poder a seus detentores e suscita o desejo – consciente ou não – de se distinguir dos demais por meios e atitudes "típicas" de um conhecedor. Segundo Bourdieu, o "capital cultural" pode aparecer sob três formas diferentes: como "habitus cultural", quando é fruto da socialização prolongada, que garante a alguém saber falar bem em público ou se sentir à vontade em uma ópera, por exemplo; como forma objetivada, presente em bens culturais como livros, quadros, discos etc.; sob forma institucionalizada, contida nos títulos escolares e vinculada ao mercado de trabalho. Vale destacar que não necessariamente o "capital cultural" está associado ao capital econômico; muitas vezes, grupos menos privilegiados do ponto de vista financeiro podem ser os maiores detentores do "capital cultural". De qualquer maneira, o montante e a natureza do "capital cultural" possuído pelos diferentes agentes têm relação direta com suas preferências estéticas e aquisições culturais e na contemporaneidade com as apropriações e interações proporcionadas pela cultura digital.

Bourdieu (2007) se propôs a explicar as diferenças de posicionamento político, de comportamento e de apreciação dos produtos culturais presentes nos diferentes estratos da sociedade, por meio do conceito de "habitus". O autor argumentava que os agentes sociais fazem uso estratégico do gosto, manejando sua destreza linguística e estética como maneira de se demarcar socialmente de grupos de menor "capital cultural" e de obter reconhecimento simbólico e prestígio.

Nogueira e Nogueira (2002) lembram que

> o indivíduo, em Bourdieu, é um ator socialmente configurado em seus mínimos detalhes. Os gostos mais íntimos, as aptidões, as posturas corporais, a entonação de voz, as aspirações relativas ao futuro profissional, tudo seria socialmente constituído. (NOGUEIRA&NOGUEIRA, 2002, p. 19).

A observação do uso da internet pelos jovens, por exemplo, sugere que, conceitualmente, devemos reconhecer que o letramento digital, emerge de uma interação dinâmica entre o usuário e a tecnologia e que, consequentemente, politicamente, deve-se ter cuidado ao criticar os indivíduos pela

limitação de suas próprias atividades, porque nisso está implícito o desconhecimento das diferenças sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A sociedade determina o indivíduo (DURKHEIM, 2000) e as percepções aqui apresentadas mostram que as TDIC contribuem para isto. O comportamento dos indivíduos na internet pode estar relacionado com o lugar que ocupam socialmente, mas mesmo assim sendo, não se pode ter apenas os recursos financeiros, educacionais, e parentais como condicionantes para que uma pessoa em vantagem social, tenha interesse genuíno em aprender e explorar, ou habilidades para o uso das novas tecnologias. Fatores como a falta de interesse por informação, educação ou exploração, ou a fraca habilidade em pesquisar e avaliar sites tem que ser levadas em consideração.

Muitas vezes o que estimula os usuários com relação à internet são principalmente as oportunidades que oferece, em que podem proporcionar uns aos outros a responsividade, a crítica, o humor, o retorno, a abertura que muitas vezes está ausente do conteúdo elaborado. No entanto, já que as TDIC representam cada vez mais presença e relevância para educação, engajamento cívico, habilidades empregadas, participação no governo, relações familiares estendidas, dentre inúmeras outras formas de interação, é preciso assegurar que o letramento digital seja satisfatório. E mesmo ciente que trabalhos acadêmicos não devam ser prescritivos, por não caber à ciência dizer o que se deva ou não fazer, defende-se que a habilidade de acessar, adaptar e gerar novos conhecimentos utilizando as TDIC seja fundamental para minimizar as diferenças sociais na presente era.

Por fim, considera-se importante destacar, que o trabalho desenvolvido foi um levantamento de caráter inicial, apoiado nos estudos dos autores trabalhados, para dar sustentabilidade às reflexões dele decorrente. Tratou-se, pois, de construir um balanço preliminar e por isso mesmo parcial, com o objetivo de colocar o tema em discussão.

AGRADECIMENTO

Agradeço às professoras Cynthia Paes de Carvalho e Magda Pischetola do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, pela indicação dos textos, leituras atentas e considerações fundamentais para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Renata. Usabilidade é a chave apara aprendizado em EAD. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/01/28/490613/usabilidade-e-chave-aprendizado-em-ead.html#). Acesso em 6 de Set. de 2016.

BENNETT, W. L; SEGERBERG, A. The Logic of Connective Action: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics. Cambridge University Press, 2013.

BOURDIEU, P. "Fieldwork in Philosophy" e Pontos de Referência. In: ____. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 15-73.

____ Classificação, desclassificação, reclassificação. In: Escritos de Educação. Orgs. Maria Alice Nogueira, Afrânio Mendes Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 8ª edição, 2007, p. 145-184.

BOYD, D; CRAWFORD, K. Critical Questions for Big Data. Information, Communication & Society, 15:5, 662-679, 2012. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1369118X.2012.678878> Acesso em 15 de Maio de 2016.

COLLINS, R. Quatro Tradições Sociológicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

DURKHEIM, E. Divisão do trabalho social e suicídio. In: RODRIGUES, J. A. (Org.) Coleção Grandes Cientistas Sociais: Durkheim. 9. ed. São Paulo, 2000.

KARABEL, J. & HALSEY, A.H. Power and Ideology in Education.Oxford University Press. Introduction: Educational Research: A Review and an Interpretation, New York, 1977.

LESSIG, L. The future of ideas: the fate of the commons in a connected world. Library of congress cataloging-in-publication data, 2001. Disponível em <http://www.the-future-of-ideas.com/download/lessig_FOI.pdf> Acesso em 09 de Maio de 2016.

MCLUHAN, M. Understanding Media. The Extensions of Man. Londres, Nova Iorque, Ark Paperbacks, 1987.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a Educação. 3ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PRETTO, N. Redes colaborativas, ética hacker e educação. Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 23, n. 03, p. 305-316, dez. 2010

SERRA, J. P. Manual da Teoria da Comunicação. Covilhã: Livros Labcom, 2007. Disponível em <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-serra_paulo_manual_teoria_comunicacao.pdf> Acesso em 02 de Maio de 2016.

WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: Metodologia das Ciências Sociais: Parte 1. Tradução Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MINIBIOGRAFIA

Andrea Vicente Toledo Abreu (andreatoledo4@gmail.com)



Doutoranda em Educação pela PUC-Rio. Mestre em Ciências Sociais pela UFJF. Especialista em Informática na Educação pela UFLA e em Estudos Literários pela UFJF. Graduada em Letras e Pedagogia. Professora e pesquisadora na Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG . Atuou como Agente de Suporte Acadêmico no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública no CAED/UFJF. Já implantou e coordenou projetos de inclusão digital para a terceira idade e para portadores de necessidades especiais, de formação de professores para o uso das tecnologias na educação, audiovisual e de incentivo à leitura, à escrita e às artes no Instituto Francisca de Souza Peixoto, Cataguases, MG.

Link para currículo: http://lattes.cnpq.br/9768166208843358